

## Jornativismo: CMI e o ativismo online

Kelly Prudencio<sup>31</sup>

**Resumo:** O artigo discute as formas de comunicação do coletivo Independent Media Center, o Indymedia, criado em 1999 para realizar a cobertura jornalística dos protestos contra a Organização Mundial do Comércio, em Seattle, Estados Unidos. Parte do pressuposto de que configura um dos aspectos do chamado ciberativismo, uma vez que combina produção de informação e intenções de mobilização política no ambiente da internet. A análise encontrou, então, um tipo de *jornativismo*, uma linguagem híbrida que não só informa como também forma. Pelas características apresentadas no *website* do coletivo, o artigo também questiona o conceito de alternativo, já que os ativistas mantêm grande parte das convenções da linguagem jornalística padrão. Assim, essa comunicação foi entendida como mídia ativista, levando em conta as suas contradições, suas inovações e suas manifestações empíricas.

**Abstract:** This article discuss the Independent Media Center forms of communication, created in 1999 to cover the protests against the World Trade Organization, in Seattle, United States of America. It assumes that this phenomenon is one aspect of the cyberactivism, for it connects production of information and intentions of political mobilization in cyberspace. The analysis has founded a kind of *journactivism*, a hybrid language that informs as well as forms. The characteristics of the website make us question the concept of alternative, whereas the activists follow the patterns of the journalistic language. This form of communication was thus understood as activist media, with its contradictions, innovations and empirical manifestations.

O ciberativismo tem se apresentado como uma das formas mais inovadoras de ação política na sociedade contemporânea. Movimentos contestatórios empoderaram-se no chamado ciberespaço e ampliam os cenários de participação democrática.

---

<sup>31</sup> Doutora em Sociologia Política, professora do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O ativismo analisado aqui trata das formas pelas quais coletivos organizados se valem da internet para construir serviços de contra-informação. Tendo como um dos principais adversários os monopólios de comunicação (imprensa e eletrônicos), esses ativistas de mídia constroem uma ação militante que visa não apenas informar os cidadãos sobre assuntos negligenciados – ou tratamentos indesejados – mas formar e reforçar as redes de lutas que os configuram. Têm portanto metas de mobilização.

Na etapa mais reflexiva dos chamados movimentos por justiça global, que se desenvolve depois do ciclo de protestos Seattle – 1º Fórum Social Mundial (1999-2001), surgem coletivos que desenvolvem uma mídia com características muito particulares: além da oposição aos meios de comunicação “corporativos”, produzem informação e a disponibilizam principalmente pela internet.

Das manifestações nas ruas, os ativistas dos MJG passaram, após esse ciclo, a desenvolver primordialmente campanhas internacionais de protesto ou pró-ativas pela internet. Seu ciberativismo se caracteriza pela construção de um código híbrido, cuja linguagem combina a noticiabilidade assimilada para os protestos<sup>32</sup> e uma linguagem militante própria dos movimentos sociais. Essa combinação foi aqui denominada “jornativismo”.

Ou seja, a necessidade de entrar na agenda midiática – sem o que resta aos movimentos sociais a marginalidade – “treinou” os ativistas para a produção da sua própria mídia e, com isso, os critérios de noticiabilidade já fazem parte de sua prática informativa. Tendo entendido que o “preço” da entrada na esfera pública é valer-se do *frame* noticioso, a mídia ativista contém muito das convenções do jornalismo padrão.

## **Alternativos?**

A linguagem construída pelos ativistas nos seus espaços comunicativos da internet está baseada no que os coletivos denominam como um projeto de mídia “alternativa”. Assim, o principal serviço de informação é o Independent Media Center

---

<sup>32</sup> Para os protestos contra as agências multilaterais como o FMI, o Banco Mundial, a OMC e outras reuniões de cúpula, os ativistas se valeram de táticas ensaiadas para chamar a atenção das lentes e câmeras. Formaram “comissões de comunicação” e desenvolveram serviços de relações públicas, de modo a conseguir espaço na agenda da mídia.



([www.indymedia.org](http://www.indymedia.org)), organização que centraliza quase toda a informação sobre os temas caros aos MJG, formado por jornalistas e ativistas de mídia<sup>33</sup>.

A ação do Indymedia sugere algumas questões para discussão: como pensar a internet como veículo ativista? O ciberativismo é alternativo? Como a internet altera as práticas políticas dos atores coletivos?

Para os movimentos, a internet não é nem um meio externo – de *broadcasting* como a televisão, o rádio e os jornais – nem um meio interno – responsável somente pela produção de *newsletters*. Ela é ao mesmo tempo um meio interno e externo e não apenas uma ferramenta, mas também um alvo de protesto e dissenso. Por essa razão, seu uso pelos ativistas não faz dela apenas uma “mídia alternativa”, onde é possível difundir suas visões, mas um espaço híbrido no qual atuam ativistas e jornalistas dos *mainstream media*.

Em virtude disso, embora os ativistas preguem o livre fluxo de informação, alguns meios de organizá-la e canalizá-la são necessários para evitar a desorientação diante do excesso de informação, o que implica na necessidade de uma centralização, contrariando os desejos de uma comunicação sem qualquer controle. Conflitos sobre o que publicar ou não também existem, portanto, na cibercomunicação.

Como a internet é um meio impessoal, os encontros ainda são importantes para reativar a confiança mútua. Por isso, os movimentos sociais continuam promovendo encontros para troca de informações e manifestações *in loco*, porque os protestos eletrônicos repercutem apenas na rede, mas não atingem diretamente a audiência nem os alvos institucionais.

Mas então, como atuam os movimentos por justiça global hoje, cuja presença na internet tornou-se sua marca? Para Ford e Gil<sup>34</sup>, há um aspecto interessante no

---

<sup>33</sup> Outro *website* é o ATTAC.info ([www.attac.info](http://www.attac.info)), um serviço criado pela organização ATTAC – Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos – especialmente para coordenar as campanhas internacionais. E também os coletivos La Haine ([www.lahaine.org](http://www.lahaine.org)), Rebelión ([www.rebellion.org](http://www.rebellion.org)) e Nodo50 ([www.nodo50.org](http://www.nodo50.org)). Os dois primeiros apresentam um perfil mais próximo aos padrões profissionais do jornalismo (jornativistas), enquanto os outros três são mais enfáticos na sua recusa da “mídia corporativa” (ativistas de mídia).

<sup>34</sup> Capítulo intitulado “A internet radical”, inserido em DOWNING, John D. H. **Mídia radical**. Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2002, p. 269-307.

ciberativismo. Segundo elas, tradicionalmente os ativistas de mídia atuaram com repórteres ou documentaristas, mediando as notícias. Através das redes eletrônicas, eles passam a também se expressar diretamente, o que torna as fronteiras entre ativistas e profissionais de mídia cada vez mais indistintas (é isso que chamo de jornativistas).

Mas o adjetivo “alternativa” quando associado à mídia deve ser entendido mais como uma declaração de “guerra” (e neste caso guerra informacional) e menos como uma proposta absolutamente inovadora. A mídia alternativa não é livre da disputa pelo poder, da supressão de informação, de censura e não atinge, portanto, a pureza das suas premissas. Ela é sim de oposição, adversária e desafiadora do *frame* estabelecido pelos *mainstream media*. Mas ela é ainda mídia, o que implica em interpretação e produção de significados durante o processo interminável de comunicação.

Assim, a relação dos movimentos sociais com as TICs promove o surgimento de um tipo de comunicação mediada que aqui será chamado de mídia ativista. Algumas características dessa relação foram sistematizadas por van de Donk *et al.*<sup>35</sup>.

Em primeiro lugar, alguns movimentos são mais inclinados que outros a adotar as possibilidades das tecnologias da informação e comunicação (TICs) em suas estratégias, com diferentes propostas e níveis de sofisticação. Os autores sugerem que a diversidade dos movimentos sociais se reflete no *layout* de seus *websites* na internet. Mas esta tem sido especialmente interessante para campanhas transnacionais que centralizam num foco o alvo dos protestos (caso dos MJG).

Outro ponto é que a internet facilita formas tradicionais de protesto, como manifestações, mas dificilmente as substitui. Mas o que a internet certamente faz é permitir a mobilização imediata em todo o mundo. Isso leva ao seguinte aspecto, que é o fato da internet afetar a estrutura interna das organizações de movimentos sociais, ajudando a intensificar a comunicação entre todas as partes de uma organização. Isso evidencia que as TICs ajudam a forjar alianças e coalizões (ainda que temporárias) entre diferentes movimentos. Aparentemente foi isso que facilitou a emergência dos MJG.

Em conseqüência, serviços de informação especializados foram criados para dar

---

<sup>35</sup> VAN DE DONK, Wim; LOADER, Brian D.; NIXON, Paul G.; RUCHT, Dieter. **Cyber protest**. New media, citizens and social movements. London: Routledge, 2004.



suporte às redes, mas também para prover informação que tende a ser suprimida pelos meios de comunicação estabelecidos. É o caso do Indymedia. Com isso, os grupos ativistas se tornam cada vez menos dependentes da cobertura jornalística. Ao mesmo tempo, a internet passa a ser meio de mobilização e alvo a atingir – pelo hackerativismo.

A mídia ativista não apresenta homogeneidade. Há inclusive, divergências entre os ativistas sobre o melhor uso da internet como espaço de comunicação para os movimentos sociais. Dessa forma, meu estudo mostrou duas possibilidades para a cibercomunicação política: uma operada pelos *ativistas de mídia* e outra pelos *jornativistas*. A distinção não é rígida, servindo apenas como categorização analítica, mesmo porque os *websites* analisados compartilham o material informativo produzido.

A diferença está na concepção do trabalho de contra-informação. Assim, o ciberativismo varia conforme as características dos atores que produzem a informação e conforme as relações entre os grupos ativistas e seus adversários. Os *ativistas de mídia* utilizam uma linguagem mais combativa e claramente contrária ao jornalismo padrão, enquanto os *jornativistas* apostam na linguagem referencial do jornalismo para obter mais credibilidade e interferir pragmaticamente nos rumos das decisões políticas. Para os ativistas de mídia, o conteúdo prevalece sobre a forma e para os jornativistas, é a forma que antecede o conteúdo.

Os jornativistas (acusados de “reformistas”) dos MJG são aqueles que desenvolvem serviços de informação mais próximos do padrão jornalístico. Por essa proximidade, produzem informação pela fórmula reconhecida, ainda que imprimam sobre ela a marca ativista. Por isso são aqui chamados *jornativistas* – ativistas que utilizam um código legitimado para construir um outro sobre e contra ele. É o ajuste da forma à visão de mundo que organiza a experiência ativista.

Observa-se nesses serviços a definição de critérios de noticiabilidade próprios ou combinados e uma crítica à grande imprensa que contudo não recusa todos os seus pressupostos. Como em qualquer projeto político, não está livre de contradições entre a proposta e a execução. O aspecto inovador desses serviços é justamente a recriação do conceito de “alternativo”: não se trata de voltar as costas para os *mainstream media*, mas construir outros pontos de vista a partir de seu próprio enquadramento. Com isso, eles ao



mesmo tempo em que o contestam, provocam sobre ele uma transformação, que é o que constitui o *jornativismo*.

## O jornativismo do CMI

O Centro de Mídia Independente, ou Indymedia, é o veículo de comunicação dos MJG e se apresentou como um exemplo bastante emblemático do que chamei de jornativismo. Surgiu no mesmo momento em que a convergência foi notada pela imprensa internacional em Seattle, 1999. É o emblema desses movimentos que têm nos CMIs um sustentáculo importante. Para os protestos de Seattle, os ativistas de mídia que já atuavam para suas organizações se reuniram para criar o Indymedia, que na ocasião publicou o impresso “The Blind Spot” e o primeiro *website*.

O Indymedia se apresenta como um coletivo formado por centenas de jornalistas que oferecem cobertura “não corporativa e de base”<sup>36</sup>, através de um processo democrático que visa contar a verdade de forma “radical, precisa e apaixonada”. Há um grupo que coordena a página internacional ([www.indymedia.org](http://www.indymedia.org)) e questões técnicas e de política editorial.

A principal meta do Indymedia é “habilitar as pessoas para que se ‘tornem mídia’”, ou seja, facilitar a proliferação de centros de mídia independente por todo o mundo, de modo que possam oferecer informações “honestas e potentes”, de modo a fazê-las perceber que podem ter o controle daqueles aspectos da vida que deixaram para “peritos” ou “profissionais”. Os projetos paralelos são a criação de uma rede de televisão e de rádio e de jornais.

A maioria dos ativistas pertence à rede dos MJG. No *website* internacional reconhecem essa pertença e recusam o rótulo “antiglobalização” porque ele não representa a realidade do movimento. O termo foi cunhado pela imprensa em Seattle em razão dos protestos serem contra as organizações que defendem o livre comércio como queda das

---

<sup>36</sup> Grassroots, no original. <http://docs.indymedia.org/view/Global/FrequentlyAskedQuestionEn>. Neste documento, encontram-se também as informações sobre origem, objetivos, linha editorial, dinâmica de trabalho, etc. Acesso em 14 de agosto de 2005.



fronteiras econômicas entre nações. É pelo Indymedia que “justiça global” passa a designar a convergência dessa rede porque, segundo os ativistas, no lugar de “*free trade*”, reivindicam “*fair trade*”, que beneficie a todos e não só às corporações. Não se trata, portanto, de oposição à globalização dos recursos, mas a um tipo de expansão da globalização econômica. Assim, o projeto Indymedia se coloca como a possibilidade de prestar contas (*accountability*) sobre o que se passa no mundo, forçando assim os adversários a fazer o mesmo.

A coordenação do processo de postagem de informações é realizada por um grupo, mas isso ainda está em fase de desenvolvimento. A idéia é formar um “*global spoke council*” para confirmar decisões sobre questões globais que os IMCs locais tenham anteriormente tomado. Enquanto este conselho não é criado, a maneira que o coletivo encontrou para democratizar as decisões é abrir espaço para discussão através de listas de e-mail, que cumprem o papel de coordenar os vários setores da organização.

Assim, há listas para organização dos sumários das atividades desenvolvidas nos IMCs locais, para propostas, para discutir a estrutura do Indymedia, para a política editorial, para melhorar a comunicação entre os IMCs locais e a coordenação internacional, para questões técnicas, para a criação de uma publicação impressa, para a equipe de tradução, para organizar as finanças, para decidir sobre o *web design* e uma para selecionar as notícias que vão para a coluna central da *home page*.

Os IMCs locais trabalham de forma presencial, mas a coordenação internacional é realizada exclusivamente pela internet. Não existe um escritório central, nem endereço ou telefone. Além das listas de e-mail, outro recurso utilizado é o Indymedia Twiki, um sistema de gerenciamento de conteúdo que trabalha como um *website* de acesso aberto. Às vezes, os organizadores de projetos Indymedia se “encontram” em salas de bate papo no Indymedia IRC (Internet Relay Chat). Alguns grupos mantêm encontros semanais.

O *website* trabalha com o princípio da publicação aberta, a pedra de toque do projeto, que permite aos jornalistas independentes publicar notícias instantaneamente num espaço globalmente acessível. O Indymedia encoraja a postagem de artigos, análises e informações. “Qualquer pessoa” pode mandar material de qualquer computador conectado

à internet, bastando para isso clicar no link “*publish*”.

Esse ponto é bastante problemático. Uma equipe é responsável por receber esse material e se compromete a não editá-lo. Porém há sessões com notícias editadas e os envios do “público” são direcionados para uma sessão especial (*Newswire*). A equipe se restringe a evitar postagens duplicadas, mensagens comerciais e “outras postagens que não se ajustam à linha editorial”. Não ficam claros quais os critérios para julgar o que entra e o que não entra no *website* e o que acontece com o material rejeitado.

Ao clicar “*Post your news*”, na coluna esquerda da página inicial, outra página se abre com as instruções para postagem. Elas são dadas passo a passo e é de fato muito simples enviar o texto. É solicitado um título, com a recomendação de que seja claro e tenha sentido e um resumo, que é uma introdução curta com as principais informações do artigo. Aconselha a não repetir esse parágrafo no texto principal. Esse procedimento é jornalístico, o qual orienta a não redundar a chamada no *lead*<sup>37</sup>.

A postagem pode ser anônima, assinada por pseudônimo ou assumida pelo autor. É preciso se ajustar a um dos tópicos oferecidos (como nas editorias dos jornais): liberdades civis, comércio, eleições, imperialismo e guerra, corporações, migrações, clima, social, trabalho, biotecnologia e indymedia. É possível ainda solicitar inclusão de outras mídias, como vídeo, áudio e imagens fotográficas.

Se o texto postado tratar de uma questão local, ele é redirecionado para o IMC local, pois assim, segundo os coordenadores, ele terá mais chances de ser lido. Para a página internacional é preciso que o texto tenha “relevância internacional”, outro critério que não fica claro nas instruções. Aqueles textos que entram nesta categoria vão para a coluna central da página inicial.<sup>38</sup>

A cobertura não é orientada por uma pauta. Cada jornalista ou grupo de mídia decide o que cobrir. É uma “mídia independente” também por esse motivo. Mas embora se procure dar espaço para diferentes visões políticas, o que organiza as informações é a visão “de esquerda”, definida como postura contrária às políticas das agências

---

<sup>37</sup> O lead é composto pelas informações básicas do acontecimento e se resume às perguntas quem, quando, como, onde e por quê.

<sup>38</sup> Informações disponíveis em <http://process.indymedia.org>. Acesso em 14 de agosto de 2005.



multilaterais e preocupação com a distribuição justa das riquezas materiais e culturais.

Os jornalistas que trabalham para o Indymedia se definem também como ativistas. Por isso, a questão da objetividade e imparcialidade é outro ponto problemático no projeto. Embora assumam que todo repórter tem tendências políticas impossíveis de neutralizar (nem assim desejam), afirmam que ter um ponto de vista não os livra da obrigação de oferecer notícias verídicas, precisas e honestas. Para garantir isso, os IMCs têm políticas explícitas para impedir que os repórteres participem em ações diretas no exercício do trabalho.

De qualquer maneira, os textos do Indymedia são notícias na forma e no conteúdo. A estrutura dos títulos, a apresentação dos textos, sempre acompanhados de fotos, a preocupação com a precisão da informação são características do jornalismo padrão adaptado aos critérios de noticiabilidade ativistas. São eles que evidenciam o jornativismo, pela definição da hierarquia de importância das sessões/editoriais. O texto não é uma convocatória.

Ou seja, para ser notícia, um acontecimento precisa estar sob o guarda-chuva das questões caras aos MJG e a suas organizações. No lugar das tradicionais editoriais de política, economia, cultura, esportes, tem-se liberdades civis, comércio, eleições, imperialismo e guerra, corporações, migrações, clima, social, trabalho, biotecnologia e indymedia (já citados anteriormente). Dessa forma, a estrutura do Indymedia se assemelha à de uma agência de notícias. Não é apenas um webjornal.

Em 2001, o Indymedia noticiou o FEM e o FSM com as seguintes chamadas: “Swiss police and activities battle in streets outside of Globalization Fórum”; e “World Social Forum Convening in Porto Alegre, Brasil”. Desde o surgimento, portanto, que a linguagem é muito semelhante ao jornalismo padrão, cujos títulos remetem apenas ao fato jornalístico. O texto da notícia também não faz comentários ou deixa impressões, características de uma notícia “objetiva”. Essas estão presentes nos hipertextos e nos links para os *websites* dos organizadores dos dois eventos.

O mesmo acontece com a cobertura do A20, em Québec. Neste caso, no entanto, havia uma campanha dos ativistas dos MJG pela divulgação do conteúdo do tratado que criaria a Alca – a campanha Free the Text, que serve, inclusive, de chapéu



para a chamada “*Activists demand to see the text for FTAA*”. Dois dias antes dos protestos, a chamada era: “*FTAA protesters face off against Montreal Police State*”, sob o chapéu “*FTAA protests kick off at cocktail party*”. Aqui o engajamento já é visível no conteúdo (e reforçado no parágrafo de abertura), mas a organização das informações pela forma jornalística padrão permanece. E a fotografia mostra os anarquistas em Montreal, sem comentários extras.

A cobertura sobre os protestos de Gênova foi mais ampla e trouxe mais informações. Além disso, revela a extensão da rede dos MJG, que forneceu informações de mais variadas origens. Uma das chamadas era “*Police raid IMC Italy & GSF, steal legal documentation, leave 20 seriously wounded*”. Ao final do texto, basicamente referencial, há *links* para reportagens fotográficas, para a cobertura completa do IMC Itália, para uma lista de artigos sobre o fato, um vídeo e a cobertura de rádio do IMC Gênova. O texto italiano é mais impressionante, os títulos são mais interpeladores e o teor é de uma história de horror.<sup>39</sup>

Depois dos ciclos de protestos, os textos ficam cada vez mais curtos. A profundidade é construída pelo leitor ao acessar os hipertextos. Em matéria de 18 de dezembro de 2002, sob o chapéu “*Oil politics*”, o Indymedia noticia “*Protestors turn focus towards oil companies*” e registra a virada da ação dos MJG. Além dos *links* para os IMCs do Reino Unido (de onde vem a foto da matéria com a legenda repetindo a faixa de protesto “*Oil makes war*”), Washington e Nova Iorque, a notícia ainda direciona para o *website* da campanha “*Stop ExxonMobil*”.<sup>40</sup>

A guerra é tema de matéria também para tratar da (questionada) cobertura midiática. A principal crítica é sobre o slogan “*War against terror*”. Na notícia, cujo texto destoa dos demais por ser quase um panfleto, há um *link* para o *website* Frontline: *merchants of cool*<sup>41</sup>, que identifica sete grupos de mídia (AOL Time Warner, Sony, Walt Disney, Vivendi Universal, Viacom, News Corp e Bertelsmann).

A guerra contra o terror é o gancho para outra notícia, sobre os Jogos Olímpicos

<sup>39</sup> <http://italy.indymedia.org/news/2001/08/5539.php>. Último acesso em 06/02/2006.

<sup>40</sup> [www.stopexxonmobil.org/](http://www.stopexxonmobil.org/). Acesso em 07/02/2006.

<sup>41</sup> [www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/cool/giants/](http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/cool/giants/). Acesso em 07/02/2006.

de 2002 em Salt Lake City, EUA, na qual os temas da justiça global são explorados. Em *“In the shadow of the Olympics: themes of global justice”*, além dos gastos com segurança para prevenir ataques terroristas, a degradação ambiental, exploração humana e animal, mas principalmente as corporações multinacionais patrocinadoras do evento (em particular a Reebok) são temas discutidos na notícia pelos hipertextos.

A opinião está presente, mas não é explícita nas palavras, e sim evidente nas imagens. A foto da matéria *“Oil & empire, from Washington to the Gulf”*, de 08 de maio de 2003, é uma simulação que mostra uma bomba de combustível apontando a testa de uma menina, com a legenda *“A gun at your head”*. O texto fala do plano de energia do governo Bush e das suas conseqüências, como aumento da dependência do petróleo, o uso do carvão, aquecimento global, entre outras.

Outra questão ambiental aparece em matéria de 29 de março de 2004. Na matéria *“Stealing the commons – the commodification of water”*, a discussão é sobre a privatização da distribuição da água na Índia. As questões debatidas são um acordo entre uma empresa e o governo, o aumento das tarifas de água e as lutas contrárias ao acordo e contra a mercantilização da água no mundo (para as quais há *links* de campanhas). Uma delas é da ONG India Resource Center, contra a Coca-Cola.<sup>42</sup> Sobre isso, há outra notícia: *“Coca-Cola sucking India dry”*, de 27 de abril de 2005, sobre a exploração da água pela empresa.

Os textos do Indymedia são curtos, rápidos e objetivos. A palavra “precisão” (*accuracy*) aparece várias vezes, o que mostra a preocupação e um certo rigor com a informação, a mesma formalmente exigida num jornalismo padrão. No Indymedia, é nítida a apropriação da perícia jornalística para fins ativistas. Para o Indymedia, o jornativismo é um fim em si mesmo, ou seja, idealiza que qualquer pessoa possa “tornar-se mídia” – fazer de si um veículo de comunicação.

Jornativismo, assim, configura essa prática de noticiar os acontecimentos relativos às lutas e temas dos MJG. É uma estratégia de luta diferente da tradicional comunicação alternativa, baseada na recusa de qualquer referência à mídia comercial. A independência está relacionada com o compromisso com uma causa e na luta contra o

<sup>42</sup> [www.indiaresource.org/campaigns/coke/2004/heatison.html](http://www.indiaresource.org/campaigns/coke/2004/heatison.html). Acesso em 07/02/2006.



adversário que utiliza a mesma arma: a mobilização da opinião pública.

O que se pode dizer é que quando esses ativistas combinam uma linguagem referencial, como a jornalística, assimilam junto com ela a legitimidade da sua perícia. Mas ao apropriá-la através de outros ajustes constróem uma outra prática, que não é meramente panfletária nem unicamente informativa. A noção de jornativismo abrange a dimensão *informativa* da linguagem – como oferta de informações negligenciadas pelos *mainstream media* – e também a sua intenção *formativa* – como mobilização e construção de uma unidade de luta política.